

Catálogo

ECA Artigos mais Cobrados em 2022 - 1 -50.....	2
ECA Artigos mais Cobrados em 2022 - 51 - 100	22
ECA Artigos mais Cobrados em 2022 - 101 - 134.....	40

Eca - artigos mais Cobrados em 2022

1: AVANÇASP - PEB II (Rio Claro)2022

Em consonância com o Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90), é dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de

- a) conscientização ao uso ou dependência de drogas ilícitas e prevenção as violações dos direitos da criança.
- b) conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.
- c) conscientização, às violações dos direitos da criança e do adolescente.
- d) enfrentamento das violações dos direitos da criança e do adolescente.
- e) proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos criança e do adolescente.

2: AVANÇASP - Prof (Prof Louveira)2022

Com relação aos aspectos educacionais trazidos pelo ECA, considere os excertos, adiante:

I - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

II – O estado deve assegurar à criança atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.

III - Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

3: FUNDATEC - Prof (Flores Cunha) 2022

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é direito dos pais ou responsáveis ter ciência:

- a) Do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- b) Da participação no conselho de classe anual, bem como na definição dos alunos aprovados para o próximo ano letivo.

- c) De comunicar ao Conselho Tutelar maus-tratos aos alunos pela escola, bem como de ficar responsáveis pelo acompanhamento desses alunos.
- d) Dos projetos de desenvolvimento de educação financeira na escola, bem como de envolver seus filhos em oficinas e palestras realizadas pela escola.
- e) Do projeto financeiro, bem como da administração da infraestrutura da escola.

4: CEBRASPE (CESPE) 2022

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

É assegurado ao adolescente o direito de recorrer a instância escolar superior para contestar critérios avaliativos.

Certo
Errado

5: CEBRASPE (CESPE) 2022

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

É dever do Estado assegurar a oferta de ensino gratuito, durante o turno noturno, adequado às condições do adolescente trabalhador.

Certo
Errado

6: FCC - Prof B (SEDU ES)2022

Murilo é um adolescente de 15 anos que cursa o 1º ano do Ensino Médio. Ele é um aluno que participa muito das aulas, realizando perguntas aos professores e trazendo experiências de seu cotidiano com a intenção de exemplificar sua compreensão sobre o que está sendo estudado. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a escola e seus profissionais devem

- a) desconsiderar os exemplos de Murilo, pois não tratam do currículo formal.
- b) ouvir os exemplos de Murilo e colocá-los em conversa com os assuntos tratados na escola.
- c) explicar para Murilo que o conteúdo tratado na escola se diferencia de sua experiência na vida pessoal.
- d) solicitar que Murilo leia mais e realize pesquisas para problematizar suas opiniões.
- e) convocar a família de Murilo para entender a origem de suas experiências.

7: CEBRASPE (CESPE) 2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue.

O Estado deve assegurar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, às crianças e aos adolescentes, desde que estejam em idade própria para essa etapa educacional.

Certo
Errado

8: CEBRASPE (CESPE)2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue.

Os elevados níveis de repetência entre alunos do ensino fundamental devem ser comunicados ao conselho tutelar pelos dirigentes dos respectivos estabelecimentos de ensino.

Certo
Errado

9: Instituto Consulplan - MEsc (Gonçalves)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) constitui-se importante ferramenta de trabalho para os profissionais da educação em suas ações pedagógicas, como também orienta todo o sistema educacional. É um instrumento que, também, garante as políticas públicas tão necessárias à infância e à juventude em situações de risco e de vulnerabilidade social. O ECA não se apresenta como uma ameaça à autoridade do sistema educacional e, sim, como um contentor das negligências promovidas contra crianças e adolescentes. Em conformidade com esse estatuto, os pais ou responsável têm a obrigação de matricular os seus filhos na rede regular de ensino; assim como também os dirigentes de estabelecimentos de ensino deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de, **EXCETO**:

- a) Elevados níveis de repetência.
- b) Maus-tratos envolvendo os seus alunos.
- c) Troca de turno ou professores no período letivo.
- d) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar.

10: SELECON - Ass Alun (IF RJ)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990, art.53, parágrafo único) determina que é direito dos responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes participarem da definição de:

- a) processos seletivos de docentes
- b) planos de aula dos professores
- c) decisões dos sistemas educacionais
- d) propostas educacionais da escola

11: CONSULPLAN - Sec (Pref JF)2022

Uma das parcerias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre órgãos intersetoriais, é a da escola e do Conselho Tutelar, órgão que deve zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Considerando essa parceria, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar os casos de, **EXCETO**:

- a) Elevados níveis de repetência.
- b) Abuso com suspeita de violência sexual.
- c) Maus-tratos envolvendo violência física.

- d) Advertência dada aos alunos em caso de indisciplina.
- e) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar.

12: FAU UNICENTRO - Prof (Prof Santa Fé)2022

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

II - Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero os seis anos de idade.

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Entre as assertivas a uma **INCORRETA**. Qual a única assertiva incorreta?

- a) **I.**
- b) **II.**
- c) **III.**
- d) **IV.**
- e) **V.**

13: Instituto Consulplan - Prof (Prof Jequié)2022

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069/1990, em caso de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente, e este se encontrar, hipoteticamente, dentro da sala de aula, tendo o professor percebido o fato ocorrido, ele deverá, obrigatoriamente:

- a) Levar a criança a um posto médico próximo.
- b) Chamar os pais ou responsáveis para uma conversa.
- c) Informar ao seu diretor e este informar ao Conselho Tutelar.
- d) Solicitar que alguém leve a criança para casa, a fim de evitar constrangimentos.

14: Instituto Consulplan - Prof (Volta Grande) 2022**Faltam vagas para alunos do 1º ano do Ensino****Fundamental na cidade de São Paulo**

A cidade de São Paulo enfrenta falta de vagas para alunos que deveriam ir para o 1º ano do Ensino Fundamental. São milhares de crianças que estão na fila em várias regiões da capital paulista. Ana Beatriz, de 6 anos, foi alfabetizada pelos pais durante a pandemia e neste ano deveria ingressar no Ensino Fundamental. Ela é moradora do Jardim da Conquista, na Zona Leste, mas não há vagas nas escolas da região. O pai de Ana não encontrou vagas para filha estudar nem em escolas municipais e nem nas estaduais.

(Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/saopaulo/noticia/2022/02/04/faltam-vagas-para-alunos-do-1o-ano-doensino-fundamental-na-cidade-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 07/05/2022.)

A oferta de vagas, permanência dos alunos na escola, dentre outros direitos, é um arcabouço legal que transita desde a Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros. Particularmente no ECA, o Art. 53 se volta a disciplinar os direitos da criança e do adolescente à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Sobre tais direitos, em consonância com o ECA, assinale a afirmativa correta.

- a) O poder público deve garantir vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo da educação básica.
- b) Ao menor, será assegurado o direito de contestar critérios avaliativos adotados por seus educadores, desde que obtenha apoio em instâncias escolares superiores.
- c) Ao menor, será assegurado o direito de respeito, principalmente por seus educadores, que deverão orientar o pensamento da criança em acordo com os princípios que considera éticos e pertinentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente.
- d) A educação e a permanência na escola serão pautadas no princípio da igualdade. Ao menor, é assegurado o direito de acesso ao ensino de qualidade, à manifestação de pensamento, ao direito de ser respeitado e ao dever de respeitar, conforme adquire maturidade e entendimento das regras da sociedade.

15: VUNESP - OAI (Piracicaba)2022

Uma aluna do ensino fundamental procurou Paula, orientadora de alunos, para desabafar sobre os maus-tratos que sofre no ambiente doméstico. A orientadora acolheu a aluna e relatou o caso aos dirigentes do estabelecimento de ensino em que atua. De acordo com o artigo 56 do Estatuto da Criança e Adolescente, os dirigentes deverão comunicar este caso ao

- a) Conselho Tutelar.
- b) Psicólogo escolar.
- c) Supervisor de ensino.
- d) Responsável legal pela aluna.

- e) Professor responsável pelo atendimento da aluna.

16: VUNESP - AAE (Piracicaba)2022

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 54, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, entre outros:

- a) atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- b) oferta de ensino noturno regular, adequando-se o adolescente trabalhador às condições oferecidas pelo estabelecimento de ensino.
- c) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em escolas especializadas ou instituições equivalentes de educação especial.
- d) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino superior, mediante a criação de cotas com regulamentação específica.
- e) atendimento público e gratuito em creche e pré-escola às crianças de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) anos de idade.

17: VUNESP - AAE (Piracicaba)2022

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 56, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar, entre outros, os casos de

- a) conflito entre as crianças e os adolescentes no interior da instituição de ensino.
- b) desacato às ordens dos professores quando estas estão amparadas em normas internas.
- c) falta de compromisso dos estudantes com a apresentação dos deveres de casa.
- d) indisciplina dos alunos em sala de aula por repetidas vezes ao longo da semana.
- e) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

18: VUNESP - SEsc (Piracicaba)2022

A diretora de uma escola pública de Piracicaba adotou algumas medidas na unidade escolar sobre conscientização e prevenção ao uso e dependência de drogas ilícitas, sem a responsabilidade pelo enfrentamento ao seu uso e dependência. Considerando o art. 53-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a atitude desta diretora está

- a) totalmente correta, pois é dever da instituição de ensino assegurar medidas de conscientização e prevenção de drogas ilícitas, cabendo aos pais as medidas de enfrentamento.
- b) parcialmente correta, pois é dever da instituição de ensino assegurar medidas de conscientização sem a preocupação com a prevenção de drogas ilícitas, e com o enfrentamento ao seu uso ou dependência.
- c) parcialmente correta, pois é dever da instituição de ensino assegurar medidas de conscientização e prevenção de drogas ilícitas e também lícitas, visto que estas últimas também causam dependência.
- d) parcialmente correta, pois é dever da instituição de ensino assegurar medidas de conscientização, prevenção e também de enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.
- e) totalmente incorreta, pois essas medidas não cabem à nenhuma instituição de ensino, pois são de competência do poder público e do Conselho Tutelar do município.

19: FEPESE - ACRE (Concórdia)2022

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Analise as afirmativas abaixo acerca dos direitos da criança e do adolescente no que concerne aos aspectos educacionais.

1. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
2. Considera-se criança, para os efeitos do estatuto da criança e do adolescente, a pessoa até 15 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 18 e 21 anos de idade.
3. A criança e o adolescente deverão ter acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
4. É dever do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

20: CETREDE - Prof (Ipaporanga)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à criança e ao adolescente o(a)

I. igualdade de condições para o acesso à escola e sua permanência nela.

II. colocação em família substituta mediante guarda, tutela ou adoção.

III. intervenção arbitrária do Estado na vida social, familiar e escolar.

IV. dever de todos na prevenção de ameaça ou violação dos direitos.

Marque a opção que indica a(s) afirmativa(s) **CORRETA(S)**.

- a) **I – II – III.**
- b) **II – III – IV.**
- c) **I – III – IV.**
- d) **I – II – IV.**
- e) **II – III.**

21: AVANÇASP - Prof (Laranjal Pta) 2022

Com base na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.
- b) É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.
- c) No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.
- d) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, assim, que ocorrido, antes das providências escolares e elevados níveis de repetência. (E) Os municípios, com apoio dos estados e da União, deverão estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

22: AVANÇASP - Prof (Laranjal Pta) 2022

De acordo com o ECA, ao adolescente até _____ anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

- a) 12
- b) 13
- c) 14
- d) 15
- e) 16

23: FUNDATEC - GPed (Pref Esteio)2022

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

I. Do ensino obrigatório.

II. De atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

III. De atendimento em pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

IV. De programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental.

Quais estão corretas?

- a) Apenas **I**.
- b) Apenas **IV**.
- c) Apenas **II** e **III**.
- d) Apenas **I**, **II** e **III**.
- e) Apenas **I**, **II** e **IV**.

24: FUNDATEC - Prof (Pref Esteio)2022

Assinale a alternativa correta sobre o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- a) É dever do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de um a seis anos de idade.
- b) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental não possuem autoridade para comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos envolvendo seus alunos, pois isso é de responsabilidade dos pais ou responsável.
- c) É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- d) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público não implica na responsabilidade da autoridade competente.
- e) Os pais ou responsável têm a opção de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

25: ACESSE - Prof (Pref RP)2022

Conforme a Lei 8.069/19, Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm

- I.** o dever de respeitar seus educadores sem, necessariamente, ter que ser respeitado por eles.
- II.** o dever de não contestar critérios avaliativos, sem possibilidade de recorrer a qualquer instância escolar.
- III.** o direito de organização e participação em entidades estudantis.

Está correto o que se afirma em

- a) **I** e **II**, apenas.
- b) **I**, apenas.
- c) **II** e **III**, apenas.
- d) **III**, apenas.
- e) **I**, **II** e **III**.

26: ACESSE - Prof (Pref RP)2022

Toda unidade escolar deve estar em conformidade com o que dispõe o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), isto é, devem garantir o direito à educação às crianças e aos adolescentes, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificando-os para

- a) o trabalho, sempre visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa.
- b) o trabalho, sempre visando à ascensão cultural de sua pessoa.
- c) o trabalho, sempre visando ao desenvolvimento intelectual de sua pessoa.
- d) o trabalho, sempre visando à ascensão profissional de sua pessoa.
- e) o trabalho, sempre visando ao desenvolvimento econômico de sua pessoa.

27: ACESSE - Prof (Pref RP)2022

Segundo o Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Pensando nisso, é correto afirmar que os docentes devem proporcionar aos seus alunos experiências pautadas

- a) em diferentes abordagens pedagógicas, buscando se utilizar de vastas práticas de ensino que contemplem as habilidades e limitações de todos.
- b) em uma única abordagem pedagógica, esperando que todos se adaptem a ela com o passar do tempo.
- c) na separação e setorização dos alunos visando abordagens pedagógicas diferentes para cada grupo, limitando as práticas de ensino desenvolvidas por cada um.
- d) na repetição de práticas de ensino, buscando o aperfeiçoamento de todos.
- e) na padronização de práticas cotidianas de ensino.

28: CEBRASPE (CESPE) - Prof (SEE PE)2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue o item a seguir.

As crianças e os adolescentes têm o direito de serem respeitados pelos seus educadores, bem como o de contestarem critérios avaliativos adotados por estes.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

29: FUNDEP - Prof (Pref Mariana)2022

Toda criança e todo adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Com relação ao direito à educação, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) É dever do Estado assegurar oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- b) É dever do Estado assegurar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, prioritariamente na rede especial ou preferencial de ensino.
- c) É assegurado o acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- d) É dever dos dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicar ao Conselho Tutelar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

30: URI - Mo PD (Santo Ângelo)2022

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I.** Maus-tratos envolvendo seus alunos.
- II.** Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- III.** Número de alunos portadores de deficiência e que recebem atendimento educacional especializado.
- IV.** Elevados níveis de repetência.

Em relação às afirmativas acima, está(ão) correta(s):

- a) **I, II e III** apenas.
- b) **I e IV** apenas.
- c) **II e IV** apenas.
- d) **I, II e IV** apenas.

31: URI - Mo PD (Santo Ângelo)2022

Analise as afirmativas de acordo com a proposição abaixo e preencha os parênteses com V se a afirmativa for verdadeira e com F se for falsa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que: "É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente", os seguintes itens:

- () Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- () Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

- () Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- () Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

A sequência correta para o preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é a da alternativa:

- a) F – V – V – V.
- b) V – V – F – V.
- c) F – F – V – F.
- d) V – F – V – F.

32: URI - PAED (Santo Ângelo)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 53, estabelece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao:

- a) Acesso, permanência e sucesso escolar.
- b) Pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- c) Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- d) Atendimento educacional aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.

33: AVANÇASP - PEB II (Rio Claro)2022

Segundo as normas constituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, **EXCETO**:

- a) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- b) obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado.
- c) encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- d) prisão civil nos casos de grave agressão.
- e) advertência.

34: COCP IFMT - Ass Alu (IF MT)2022

Com relação ao direito do adolescente à liberdade, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, de que trata a Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Em se tratando de adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é obrigatório que sejam considerados e respeitados sua identidade social e cultural, os seus costumes, tradições e suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal.

b) O Estado deverá assegurar acesso integral aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, independente da capacidade de cada um.

c) O adolescente tem direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

d) As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infantojuvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

e) O direito do adolescente à liberdade compreende brincar, praticar esportes e divertir-se.

35: CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)2022

A respeito da inclusão da pessoa com deficiência e do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue o item a seguir.

Embora a criança com 12 anos de idade não concorde com o critério avaliativo a que tenha sido submetida por professor da escola fundamental, o direito de contestá-lo caberá aos seus pais.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

36: CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)2022

A respeito da inclusão da pessoa com deficiência e do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue o item a seguir.

Ao contrário das entidades privadas de ensino, as públicas devem contar, em seus quadros, com pessoa capacitada a reconhecer e a comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas de crimes praticados contra o adolescente.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

37: CEBRASPE (CESPE)2022

Julgue o item a seguir, relativos aos direitos fundamentais e às medidas de proteção aplicáveis à criança e ao adolescente segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Considere-se que determinada escola estadual, para coibir o ingresso de armas e drogas, faça revista pessoal em todos os alunos, indiscriminadamente, incluindo revistas às pastas e mochilas no ambiente escolar. Nesse caso, a conduta descrita é permitida, desde que todos os alunos sejam tratados com igualdade e que eventual suspeito não seja submetido a situações constrangedoras ou vexatórias perante os demais estudantes.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

38: VUNESP - Insp (Pres Prudente)2022

Joaquina, inspetora de alunos, que atende a Lei nº 8.069/90 e inclusive seus artigos 16 e 17, observa que, durante o recreio (intervalo) e o horário do lanche na escola, alguns alunos brincam, falam alto e correm; outros se alimentam; alguns estudantes pegam o prato de comida ou o lanche servido na escola, mas jogam fora grande parte desse alimento. Há, ainda, crianças que conversam e aquelas que constantemente criam situações de conflitos. Tendo como referência os artigos e Lei mencionados, e a necessidade da manutenção da ordem e da observância das normas da escola, a inspetora Joaquina deve

- a) proibir que os estudantes que jogaram comida no lixo possam pegar lanche no dia seguinte, ou seja, como castigo deve impedi-los de se alimentar na hora do intervalo para que parem de desperdiçar alimentos.
- b) informar à direção da escola os fatos ocorridos; intervir em contextos de conflito entre os estudantes; incentivar práticas respeitadas, autônomas e conscientes entre os alunos e atentar-se para que as normas da escola e os direitos dos estudantes sejam respeitados.
- c) colocar sentados na sala de aula, durante todo o intervalo e por uma semana, alunos que correm durante o recreio, pois a quadra é o único local na escola onde os alunos podem brincar ou correr.
- d) exigir absoluto silêncio dos estudantes durante o recreio, impedindo qualquer comunicação entre as crianças, evitando, assim, que se expressem ou que haja ruído na escola, pois o barulho atrapalha as turmas que estão em sala de aula.
- e) solicitar à direção que os estudantes que geram conflito sejam excluídos permanentemente do recreio, ou seja, do intervalo, do acesso ao lanche e das brincadeiras; desse modo, aprenderão a se comportar.

39: VUNESP - Insp (Pres Prudente)2022

O artigo 54, da Lei nº 8.069 /1990, *Estatuto da Criança e do Adolescente*, menciona que é "dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente" uma série de direitos. De acordo com a referida Lei e o referido artigo, dentre outros deveres, o Estado deve assegurar à criança e ao adolescente

- a) acesso a bolsas de estudo em escolas particulares de ensino fundamental e médio, aos alunos que se destacarem em escolas públicas, visando ao incentivo e ao melhor aproveitamento do talento desses estudantes.
- b) o atendimento no ensino fundamental, exclusivamente para alunas gestantes, alunos em situação de liberdade assistida ou que moram em abrigos, por meio de recebimento de um salário- mínimo mensal, além de material escolar, uniforme e tablet para estudo.
- c) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; e também, a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- d) a aprovação automática para a série seguinte, em qualquer ano ou ciclo, para alunos que apresentam bom comportamento e alta frequência, sendo proibida a reprovação, mesmo que haja baixo rendimento (notas baixas).
- e) a proibição de qualquer escola adotar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas, pois as crianças e os adolescentes estão impedidos de abordarem esse tema

Questão 40: CEBRASPE (CESPE) - AAE (SEE PE)/SEE PE/2022

No que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), julgue o item a seguir.

O adolescente de treze anos de idade que cometer ato infracional estará sujeito à internação em estabelecimento educacional.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

41: VUNESP - SecE (Pres Prudente)2022

No final do terceiro ano do ensino fundamental, o Conselho de Classe – órgão escolar que reúne professores e equipe gestora, decidiu pela reprovação do aluno Vinicius, estabelecendo que ele cursasse novamente o referido ano/ciclo. O parágrafo único do art. 53 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece que, numa situação como essa, seus pais ou responsáveis

- a) devem acatar a decisão, matriculando novamente o estudante no ano/série em que foi retido, pois decisões do Conselho de Classe são irrevogáveis.
- b) necessitam mudar o estudante de escola, pois, assim, garantem que ele não seja humilhado por seus colegas por ter sido retido.
- c) podem exigir recuperação para que o estudante consiga aprender o que o Conselho de Classe considera como mínimo para cursar a série/ano seguinte.
- d) têm a obrigação de contratar um professor particular para que o estudante tenha oportunidade de alcançar os conhecimentos exigidos para sua aprovação para série seguinte.
- e) têm o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

42: VUNESP - SecE (Pres Prudente)2022

O Projeto Político Pedagógico de uma escola municipal da cidade de Presidente Prudente prevê que, no quinto ano, desenvolver-se-á um projeto de estudo assegurando medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou à dependência de drogas ilícitas. De acordo com o art. 53-A do ECA, tal projeto

- a) é inadequado, pois tais temas não são pertinentes à área educacional.
- b) é pertinente, desde que seja ofertado aos estudantes que, conhecidamente, já tenham se envolvido com drogas ilícitas.
- c) é dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres, devendo ser ofertado a todos estudantes da turma.
- d) é dever da família, cabendo à escola guiá-la quanto à necessidade de orientação de seus filhos e/ou pupilos.
- e) é tema alheio ao ambiente escolar, devendo ser evitado, pois, ao tratá-lo, é provável que estimule a curiosidade dos estudantes em conhecer e fazer uso de drogas ilícitas.

43: FUNDEP - Ass (UFJF)2022

Tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas a seguir.

- I.** Para os efeitos desta Lei, concebe-se como criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

II. É considerado como tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe; ou ameace gravemente; ou ridicularize.

III. Cabe à instituição de ensino, aos clubes e agremiações recreativas e aos estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.

IV. É de incumbência dos dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicarem ao Conselho Tutelar os casos reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar como os de elevados níveis de repetência, salvo os de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Estão **corretas** as afirmativas

- a) **I, II e III**, apenas.
- b) **I e III**, apenas.
- c) **II e IV**, apenas
- d) **I, II e IV**, apenas.
- e) **III e IV**, apenas.

44: AVANÇASP - Prof (Prof Louveira)2022

A precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, assim como a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, são condições compreendidas pelo ECA, em seu artigo 4º, como:

- a) Direitos à liberdade.
- b) Direitos ao respeito.
- c) Garantias de prioridade.
- d) Garantias de segurança.
- e) Direitos e fins sociais.

45: CPCON UEPB - Prof (Prof Sousa)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. De acordo com o ECA:

I- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

II- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e vinte e um anos de idade.

III- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A alternativa que responde **CORRETAMENTE** é:

- a) **I e III**, apenas.
- b) **I, II e III**.
- c) **I**, apenas.
- d) **III**, apenas.
- e) **II e III**, apenas.

46: GUALIMP - Prof (Prof Carmo)2022

A Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi criada em 13 de julho de 1990. A norma que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente é bastante famosa no mundo inteiro, pela amplitude de seus preceitos e pela forma como protege nossas crianças.

Nesse contexto considera-se criança, para os efeitos desta Lei a pessoa até:

- a) doze anos de idade incompletos.
- b) onze anos de idade incompletos.
- c) quatorze anos de idade incompletos.
- d) treze anos de idade incompletos.

47: GUALIMP - Prof (Prof Carmo)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura a criança e ao adolescente a garantia de prioridade.

Configura garantia de prioridade:

- a) Destinação privilegiada de recursos públicos para subsidiar a gratuidade e o desconto nos ingressos para programas culturais, cinema e shows artísticos.
- b) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- c) Destinação privilegiada de recursos públicos para subsidiar viagens escolares.
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas de ações de natureza disciplinares e punitivas.

48: IMPARH - AEI (Pref Fortaleza)2022

De acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a **única opção correta**.

- a) Considera-se criança a pessoa até dez anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre onze e dezoito anos de idade.
- b) Considera-se criança a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e vinte anos de idade.
- c) Considera-se criança a pessoa até nove anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre dez e dezoito anos de idade.
- d) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.

49: Com. Org. (IFTO) - Peda (IFTO)2022

A lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, afirma, em seu Artigo 4º: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". No que compreende à garantia de prioridade, julgue os itens a seguir:

- I.** primazia de receber proteção e socorro em algumas circunstâncias específicas, previstas em lei;
- II.** precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III.** preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- IV.** destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Está(ão) **correto(s)** o(s) itens:

- a) **II e IV** apenas.
- b) **II, III e IV** apenas.
- c) **I, II e IV** apenas.
- d) **II e III** apenas.
- e) **I, II, III e IV.**

50: Com. Org. (IFTO) - Ass (IFTO)2022

Sobre as principais considerações do Estatuto da Criança e do Adolescente é possível afirmar:

- a) O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando a vida adulta em sociedade.
- b) A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, com distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.
- c) O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 16 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.
- d) Para o Estatuto, considera-se criança a pessoa de até dez anos de idade incompletos, e adolescente aquela compreendida entre doze e dezoito anos.
- e) Os crimes praticados por adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos são denominados atos infracionais possíveis de medidas punitivas.

Gabarito

1) B	2) B	3) A	4) Certo	5) Certo	6) B	7) Errado
8) Certo	9) C	10) D	11) D	12) D	13) C	14) A
15) A	16) A	17) E	18) D	19) E	20) D	21) D
22) C	23) E	24) C	25) D	26) A	27) A	28) Certo
29) B	30) D	31) B	32) B	33) D	34) B	35) Errado
36) Errado	37) Errado	38) B	39) C	40) Certo	41) E	42) C
43) A	44) C	45) A	46) A	47) B	48) D	49) B
50) A						

51: CEBRASPE (CESPE) - MCre (Pires do Rio)2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue.

São consideradas adolescentes as pessoas que têm idade entre doze e dezoito anos.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

52: CEBRASPE (CESPE) - MCre (Pires do Rio)2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue.

Assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde e à educação das crianças e dos adolescentes é dever da família e do poder público, e não da sociedade em geral.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

53: FUNDATEC - Peda (IF RS)/IF RS/2022

Sobre os direitos e deveres legais da criança e do adolescente, analise as perguntas abaixo:

- Com que idade se considera criança?
- A criança e o adolescente têm direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores?
- Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados que direitos?

Assinale a alternativa que contém, **correta** e **respectivamente**, as respostas para as perguntas acima.

- a) A pessoa até dez anos de idade incompletos – não – apenas descanso remunerado.
- b) A pessoa até onze anos de idade incompletos – não – apenas previdenciários.
- c) A pessoa até doze anos de idade incompletos – sim – trabalhistas e previdenciários.
- d) A pessoa até treze anos de idade incompletos – sim – férias e horas extras.
- e) A pessoa até quatorze anos de idade incompletos – sim – abono salarial e descanso remunerado.

54: Ápice - AssS (R dos Cavalos)2022

No Brasil, o termo "sujeito de direito" também é utilizado com frequência como uma forma de referir-se a crianças e adolescentes na esfera legal e educacional. Porém, esse reconhecimento é recente na história

brasileira. Nesse sentido, o conceito de infância e criança são construções históricas e a defesa do reconhecimento desses direitos encontram-se:

- a) Na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- b) Na Declaração dos Direitos da Criança.
- c) Na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.
- d) No Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96

55: SELECON - Ass Alun (IF RJ)2022

Maya está contente porque já é considerada adolescente e não mais criança, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente define como criança, para os efeitos da Lei nº 8.069/1990, a pessoa que tiver até:

- a) 18 anos incompletos
- b) 14 anos completos
- c) 13 anos completos
- d) 12 anos incompletos

56: SELECON - Ass Alun (IF RJ)2022

O artigo 4º da Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, determina que é dever da sociedade em geral e do poder público assegurar às crianças e aos adolescentes os seus direitos previstos na lei, garantindo como prioridade a destinação privilegiada de recursos e a preferência na formulação e na execução de políticas:

- a) públicas sociais
- b) privadas organizacionais
- c) associadas empresariais
- d) municipais cooperativadas

57: OBJETIVA CONCURSOS - Prof (Roca Sales) 2022

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 - ECA, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

() A garantia de prioridade compreende, entre outras, a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

() A criança tem direito exclusivamente à educação voltada para o preparo do exercício da cidadania, enquanto o adolescente tem direito exclusivo de uma educação voltada à qualificação para o trabalho.

() É direito dos pais ou responsáveis participar da definição das propostas educacionais, bem como ter ciência do processo pedagógico.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - C.
- d) E - C - E.

58: FEPESE - Prof (Concórdia) 2022

De acordo com o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia de prioridade compreende:

1. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
2. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
3. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
4. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
5. Garantia de matrícula nas escolas em que as crianças e adolescentes escolherem para estudar.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 5.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1, 4 e 5.
- c) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.
- e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

59: VUNESP - EEsc (Piracicaba)2022

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, indica no seu art. 2º, como classifica seu público-alvo, considerando

- a) criança: a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente: aquele entre doze e dezoito anos de idade.
- b) bebê: a pessoa até três anos de idade incompletos, criança: aquela entre três e onze anos completos, e adolescente: aquele entre onze e dezoito anos de idade.
- c) criança: a pessoa até catorze anos de idade incompletos, e adolescente: aquele entre catorze e vinte e um anos de idade.

d) criança: a pessoa até dez anos de idade incompletos, e adolescente: aquele entre dez e dezoito anos de idade e, excepcionalmente, nas questões previstas em Lei, as pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

e) bebê: a pessoa até dois anos de idade incompletos, criança: aquela entre dois e onze anos completos, e adolescente: aquele entre onze e dezoito anos de idade.

60: AVANÇASP - Ag CI (Laranjal Pta)2022

Primazia de receber proteção e socorro, em quaisquer circunstâncias, é um ato, descrito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como:

- a) Direito à Liberdade.
- b) Direto ao Respeito.
- c) Direito à Cultura.
- d) Garantia de Prioridade.
- e) Garantia de Propriedade.

61: AVANÇASP - Prof (Laranjal Pta) 2022

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

- a) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- b) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- c) Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- d) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- e) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

62: URI - PAED (Santo Ângelo)2022

A Lei nº 8.069/1990 considera criança e adolescente, respectivamente:

- a) A pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.
- b) A pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze anos incompletos e dezoito anos de idade.
- c) A pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- d) A pessoa até treze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze completos e dezoito anos de idade.

63: MetroCapital - VDir (Pref N Odessa)2022

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, caracteriza:

- a) Direito à liberdade.
- b) Direito à educação.
- c) Garantia de prioridade.
- d) Garantia de acolhida.
- e) Garantia de segurança social.

Questão 64: Instituto ACCESS - MEI (Ouro Branco)/Pref Ouro Branco/2022

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/90, é considerada criança, o sujeito

- a) do nascimento até 18 anos de idade incompletos.
- b) do nascimento até 12 anos de idade incompletos.
- c) de três meses até 12 anos de idade completos.
- d) do nascimento até 22 anos de idade incompletos.

65: Instituto ACCESS - MEI (Ouro Branco)2022

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8,069/90 –, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a crianças e adolescentes na forma da lei: a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Esses direitos constituem o princípio

- a) da legalidade.
- b) do respeito.
- c) da empatia.
- d) da prioridade.

66: Instituto ACCESS - Prof (Ouro Branco)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90 foi um marco para crianças e adolescentes brasileiros, pois passou a considerá-los sujeitos de direito.

Sendo assim, estabeleceu direitos fundamentais desse público, que são

a) direito à vida e à saúde; direito à privação de liberdade, ao desrespeito e à dignidade; direito apenas à convivência familiar; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à

profissionalização apenas técnica e à proteção no trabalho.

b) direito à vida; direito à liberdade, direito a faltar com o respeito e a dignidade; direito à convivência apenas comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à escolha do trabalho.

c) direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

d) direito à saúde; direito à liberdade; direito à convivência familiar; direito à educação, à cultura, ao lazer; direito voluntário à emancipação; direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

67: Com. Org. (IFSP) - Asst (IF SP)2022

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990, com suas atualizações), a faixa etária da pessoa considerada adolescente é

- a) treze e vinte e um anos de idade.
- b) doze e dezoito anos de idade.
- c) onze e dezoito anos de idade.
- d) quinze e vinte e um anos de idade.

68: FUNDEP - Ass (UFJF)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral a eles, explicitando como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação de seus direitos.

Com base nesse Estatuto, **não** é considerada uma garantia de prioridade da criança e do adolescente:

- a) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- b) Igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.
- c) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- d) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- e) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

69: AVANÇASP - Prof (Pref Louveira)2022

Pelo ECA, a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais, caracteriza:

- a) Direito ao respeito.
- b) Garantia de segurança.
- c) Garantia de proteção.
- d) Direito à liberdade.
- e) Garantia de prioridade.

70: AMEOSC - Prof (Palma Sola)2022

A Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 15, aponta que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, EXCETO:

- a) Buscar refúgio, auxílio e orientação.
- b) Desenvolver relações comerciais.
- c) Crença e culto religioso.
- d) Opinião e expressão.

71: IMPARH - Prof (Fortaleza)2022

A Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, versa sobre o Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade. Sobre esse aspecto, assinale a única alternativa que apresenta **corretamente** o que consta no Artigo 17.

a) Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física e psíquica da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

b) Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

c) Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da autonomia, dos valores, dos espaços e objetos pessoais.

d) Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física e moral da criança, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

72: SELECON - Ass Alun (IF RJ)2022

Em 2017, um estudante foi impedido de frequentar uma escola pública no estado do Paraná porque cortou seu cabelo e o pintou de cor platinada. Seus pais recorreram à Justiça e o adolescente voltou a frequentar a escola, tendo garantido o seu direito de:

- a) permanecer excluído das aulas
- b) manifestar sua opinião e expressão
- c) promovera indisciplina na escola
- d) imitar e discriminar jogadores de futebol

73: SELECON - Ass Adm (IF RJ)2022

LK é pai de JH, que se revela uma criança rebelde que costuma confrontar as orientações paternas e também maternas. Diante das atitudes do filho, busca aplicar sanções aos descumprimentos das orientações familiares. Num desses eventos, impõe que o filho vá à escola, onde está matriculado, usando um chapéu de palhaço na cabeça, o que rende ao filho horas de humilhação. Nos termos do

Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação, ou qualquer outro pretexto, pelos pais. No caso em pauta, se está diante de:

- a) castigo físico
- b) exercício regular
- c) tratamento degradante
- d) mero excesso

74: VUNESP - OAI (Piracicaba)2022

Em uma reunião pedagógica, preocupada com as medidas adotadas pela equipe escolar na prevenção da indisciplina entre os alunos, a diretora escolar apresenta para a sua equipe o artigo 18-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, explicando que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. De acordo com a Lei, é considerado tratamento cruel ou degradante, conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que

- a) coloque as demais crianças em risco.
- b) humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.
- c) provoque lesões aparentes no corpo da criança.
- d) utilize meios que provoquem o sofrimento físico.
- e) exponha, ameace levemente ou provoque constrangimento.

75: VUNESP - SEsc (Piracicaba)2022

A ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte, dentre outras, em sofrimento físico é considerada, segundo o art. 18-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990),

- a) lesão corporal.
- b) castigo físico.
- c) delinquência.
- d) ato infracional.
- e) delito.

76: AVANÇASP - Ag CI (Laranjal Pta)2022

Participar da vida familiar e comunitária sem discriminação, é um ato, descrito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como:

- a) Direito à Liberdade.
- b) Direto ao Respeito.
- c) Direito à Cultura.
- d) Garantia de Prioridade.
- e) Garantia de Propriedade.

77: AVANÇASP - Prof (Laranjal Pta) 2022

Participar da vida política, na forma da lei, bem como brincar, praticar esportes e divertir-se, são aspectos, trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, pertinente à/ao:

- a) Garantia de segurança.
- b) Garantia de acolhida.
- c) Garantia de prioridade.
- d) Direito ao respeito.
- e) Direito à liberdade.

78: CEBRASPE (CESPE) - Prof (SEE PE)2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue o item a seguir.

A humilhação é uma forma de tratamento cruel ou degradante e seu uso contra crianças e adolescentes pelas pessoas encarregadas do seu cuidado, do seu trato, da sua educação ou da sua proteção é proibido por lei.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

79: FUNDEP - Prof (Pref Mariana) 2022

O artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a liberdade de crença e de culto religioso são expressões do direito à liberdade. Esse direito à liberdade de crença e de culto, conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96, são promovidos nas aulas de Ensino Religioso mediante:

- a) Reconhecimento de que nenhuma tradição religiosa é verdadeira.
- b) Valorização de uma ética comum às várias tradições culturais e religiosas.
- c) Celebração de ritos ecumênicos que respeitem a religião mais praticada pelos alunos.
- d) Abordagem da diversidade cultural e religiosa brasileira como conhecimento religioso.

80: AVANÇASP - PEB II (Rio Claro)2022

Conforme definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos abaixo consignados, EXCETO:

- a) buscar refúgio, auxílio e orientação.
- b) participar da vida política, indistintamente.
- c) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- d) crenças e cultos religiosos.
- e) opinião e expressão.

81: COCP IFMT - Ass Alu (IF MT)2022

Em 2014, o menino Bernardo Boldrini foi cruelmente assassinado quando tinha somente 11 anos de idade. Assim, naquele mesmo ano, foi aprovada a Lei 13.010/2014, que alterou o Estatuto da Criança e

do Adolescente e incluiu, em especial, os arts. 18-A e 18-B. Essa lei ficou conhecida como Lei do Menino Bernardo ou Lei da Palmada, de forma a assegurar que tanto a criança como o adolescente não sofram nenhuma punição degradante que acarrete sofrimento físico ou lesão.

Sobre essa questão, é **CORRETO** afirmar:

a) As pessoas responsáveis por cuidar, educar ou proteger crianças e adolescentes que venham a castigar fisicamente ou tratar de forma cruel ou degradante, além de sofrerem outras sanções, podem ser encaminhadas para tratamento psicológico ou psiquiátrico, participar de cursos ou programas de orientação, sofrer advertência ou ter que custear e encaminhar a criança a tratamento especializado.

b) O castigo físico que gere somente uma pequena lesão ou sofrimento físico é uma forma de correção, disciplina e educação, que pode ser aplicada pelos pais, já que estes são os responsáveis por cuidar da criança e do adolescente e proteger a família.

c) Os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a pessoa encarregada de cuidar de crianças e adolescentes não estão sujeitos a sanções em casos de aplicação de castigo físico ou humilhação.

d) É considerado tratamento cruel ou degradante toda e qualquer conduta que aplique e faça uso da força física.

e) A ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força é considerada constrangimento e ameaça grave.

82: VUNESP - Insp (Pres Prudente)2022

Em uma determinada escola, a Diretora, tendo como referência o ECA, orientou o Inspetor de alunos que buscasse dialogar com os estudantes e intervir junto a eles, comunicando imediatamente à equipe gestora, caso observasse alguma situação em que os alunos provocassem e/ou constrangessem uns aos outros por meio de palavras ofensivas ou outros comportamentos agressivos. É **correto** afirmar que, a Lei no 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 18, determina que "é dever

a) de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."

b) do diretor da escola notificar mensalmente ao Conselho Tutelar, com base nos relatos e registros realizados pelo inspetor de alunos, os casos de agressões, conflitos ou bullying ocorridos na instituição de ensino."

c) da direção da escola tomar as medidas cabíveis no caso de alunos com deficiências ou com condutas agressivas, comunicando às famílias, exigindo e garantindo o acompanhamento médico e psicoterapêutico."

d) dos adultos atuantes em escolas impor medidas disciplinares rígidas e utilizar-se de tratamento degradante para conter, corrigir, disciplinar e educar os estudantes, aplicando advertência, suspensão ou expulsão."

e) do inspetor de alunos inibir e coagir as condutas inadequadas dos estudantes, praticando a ordem, a disciplina, a ética e a moral para desenvolver o caráter das crianças e dos adolescentes na escola."

83: VUNESP - Insp (Pres Prudente)2022

Todos os dias a inspetora de alunos Clara, atenta ao artigo 16 da Lei nº 8.069/1990, recepciona e se despede de cada um dos estudantes da escola de Ensino Fundamental na qual trabalha como inspetora de alunos, posicionando-se no portão de entrada nos horários de entrada e saída de cada turno escolar. No portão, Clara observa os estudantes que chegam, saem e por quem estão acompanhados; também conversa com os responsáveis pelas crianças e com os transportadores escolares. A respeito dessa rotina

de acompanhamento no portão da escola, é correto afirmar que a inspetora de alunos Clara está atendendo a uma orientação da gestão da escola

a) no entanto, o Projeto Pedagógico da instituição de ensino, elaborado pela Secretaria de Educação, determina que somente o coordenador pedagógico pode conversar com os responsáveis pelos estudantes.

b) que contribui para organização da unidade educacional e para a segurança dos estudantes, além de estar em conformidade com o *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

c) que fere o direito de ir e vir dos estudantes, pois o *Estatuto da Criança e do Adolescente* determina que crianças e adolescentes podem transitar livremente, em qualquer local sem restrição, independentemente da idade.

d) muito importante para o controle de presença, porém, a inspetora falha por deixar de realizar sua função mais importante, que é a de organizar e manter os alunos nas filas, do menor para o maior, no pátio da escola.

e) e da legislação sobre as regras do funcionalismo público, que prevê que, apenas quando o funcionário está em estágio probatório, ele deve tratar com urbanidade os munícipes que atende.

84: VUNESP - SecE (Pres Prudente)2022

Vitoria, aluna do segundo ano do ensino fundamental tem vitiligo e, como consequência da doença, desenvolveu manchas esbranquiçadas por todo o corpo, sendo apelidada por sua professora de Gasparzinho. A partir de então, sua professora e todos os estudantes passaram a chamá-la assim. Tal fato desenvolveu em Vitoria um sentimento de humilhação, pois sentiu-se ridicularizada. Os artigos 18 e 18-A do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), auxiliam na reflexão sobre situações como a ocorrida ao indicarem que

a) a professora errou ao apelidar a criança e permitir que seus colegas a tratassem por esse apelido, pois desconsiderou que é seu dever e de todos velar pela dignidade da criança, pondo-a a salvo de qualquer tratamento vexatório ou constrangedor.

b) apelidos como o dado pela docente são uma forma carinhosa de lidar com doenças e servem para que a criança aceite a situação de forma leve, facilitando a aceitação de sua condição por ela e por seus colegas.

c) em vez de apelidar, a professora deveria ter orientado a criança e os familiares dela a evitarem tocar no tema, pois, ignorando o fato, a aceitação da doença seria facilitada, já que fingir que não existe é a melhor saída nessas situações.

d) mesmo reconhecendo que vitiligo não é uma doença transmissível, a professora deveria ter orientado os familiares a manter a criança em casa, pois assim evitaria que os demais colegas fizessem chacotas com a estudante.

e) um encontro entre os familiares, professora e coordenação deveria ter sido providenciado, momento em que a equipe escolar daria orientações como o uso de cremes e pomadas que podem ajudar a deixar o tom da pele mais homogêneo e, assim, evitariam apelidos e constrangimentos.

85: FUNDEP - Ass (UFJF)2022

De acordo com o artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, "a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis".

São aspectos relativos ao direito à liberdade, **exceto**:

a) Possuir uma crença e participar de culto religioso.

- b) Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- c) Participar da vida política, na forma da lei.
- d) Poder ter opinião e expressão.
- e) Ser criado e educado no seio de sua família.

86: AVANÇASP - Prof (Prof Louveira)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 7º, aponta que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante:

- a) o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo.
- b) fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos.
- c) condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- e) a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

87: CETREDE - Ass Soc (UFC)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) configura-se como um marco legal que efetivou mudanças paradigmáticas em relação aos direitos de crianças e adolescentes, defendendo a mudança da perspectiva que sustentou as ações de caráter punitivo, predominantes no país antes de sua existência para a perspectiva da cidadania e garantia de direitos.

Sobre o que afirma a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 e alterações posteriores, marque a alternativa correta.

- a) Os hospitais e demais estabelecimentos públicos e particulares de atenção à saúde de gestantes são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dez anos.
- b) É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.
- c) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, exceto aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.
- d) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Ministério Público com foro naquele território.

88: CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Maria tem direito de escolher seu acompanhante durante o período em que permanecer na maternidade por ocasião do parto.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

89: CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

O responsável pelo atendimento de Laura no serviço de saúde deve acionar o conselho tutelar local para as providências cabíveis.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

90: FEPESE - Ass Soc (FCEE)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito à vida e à saúde.

Sobre esses direitos fundamentais, é **correto** afirmar:

- a) O poder público deve propiciar condições adequadas ao aleitamento materno, não incluindo este direito aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- b) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dez anos.
- c) A gestante receberá orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança.
- d) Casos de suspeita ou confirmação de castigo físico e maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados diretamente ao Ministério Público da comarca de abrangência do município em que a família reside.
- e) A atenção odontológica à criança terá função educativa protetiva e será prestada somente a partir dos 5 anos de idade.

91: SELECON - Ass Alun (IF RJ)2022

Angel está grávida e recebe todo o seu atendimento nos postos de saúde públicos. Com a perspectiva do nascimento, é informada que deverá procurar atendimento particular diante de falta de vagas nos hospitais públicos locais. Nos termos da Lei nº 8.069/90, é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez e ainda ao:

- a) processo de bolsa escolar

- b) parto natural cuidadoso
- c) atendimento por parteira
- d) acesso a empréstimos financeiros

92: SELECON - Ass Alun (IF RJ)2022

A Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, torna obrigatória a vacinação de crianças nos casos recomendados pelas autoridades:

- a) universitárias
- b) militares
- c) sanitárias
- d) econômicas

93: SELECON - Ass Alun (IF RJ)2022

A Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, determina que é necessário assegurar-lhes desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, garantindo a proteção de modo:

- a) ínfimo
- b) integral
- c) sinuoso
- d) parcial

94: VUNESP - Prof (Piracicaba)2022

Segundo o art. 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna a seguir.

“O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas _____, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.”

- a) à vivência lúdica
- b) ao aleitamento materno
- c) à convivência harmônica
- d) ao cuidado neonatal
- e) ao alojamento de menores

95: CETREDE - Prof (Ipaporanga)2022

No Estatuto da Criança e do Adolescente, é assegurado à criança e ao adolescente o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina ou educação. Nesse contexto, considera-se que

I. o castigo moderado deve ter seus limites, o que não deve ser utilizado é a palmada como forma de violência, prejudicando o físico ou o emocional da criança.

II. o castigo físico é uma ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulta em sofrimento físico ou lesão.

III. maus tratos e qualquer forma de abusos causam dor, sofrimento e não têm impacto no desenvolvimento de cada ser humano.

IV. o tratamento cruel ou degradante é a conduta em relação à criança ou ao adolescente que os humilhe ou ameace gravemente ou os ridicularize.

Marque a opção que apresenta as afirmativas **CORRETAS**.

- a) **I – IV.**
- b) **I – II – III.**
- c) **II – IV.**
- d) **II – III – IV.**
- e) **III – IV.**

96: IMPARH - Prof (Fortaleza)2022

Tendo como referência a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e suas alterações, é **CORRETO** afirmar que esta Lei garante que:

I. nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

II. todas as mulheres terão acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo.

III. às gestantes serão assegurados nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

IV. a gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

V. a gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil.

Qual a opção correta?

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas **I, III e IV** são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas **I, II e III** são verdadeiras.
- d) Somente a afirmativa **IV** é falsa

97: COCP IFMT - Ass Alu (IF MT)2022

Numa rápida busca da definição do vocábulo "adolescência", é possível descobrir que a origem da palavra vem do Latim *adolescentia*, que significa período da vida humana entre a infância e a fase adulta. Com efeito, nos termos da Constituição Federal (1988), é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de, **EXCETO**:

- a) Negligência.
- b) Depressão.
- c) Crueldade.
- d) Exploração.
- e) Opressão.

98: COCP IFMT - Ass Alu (IF MT)2022

Com relação à qualidade de vida do adolescente, assegurada por meio das disposições constantes da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), considere:

I - É dever exclusivo do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos do adolescente referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

II - O adolescente tem direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

III - O Sistema Unico de Saúde promoverá campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I.
- b) I e II.**
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) II.

99: COCP IFMT - Ass Alu (IF MT)2022

De acordo com as disposições constantes da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa que completa, **CORRETA** e RESPECTIVAMENTE, os espaços da seguinte frase:

É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da _____ no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. Com efeito, o adolescente com deficiência será atendido, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades _____ de saúde e _____ de habilitação e reabilitação.

- a) equidade - gerais - específicas.
- b) isonomia - especiais - específicas.
- c) legalidade - específicas - gerais.
- d) igualdade - gerais - específicas.
- e) impessoalidade - especiais - gerais.

100: CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)2022

Julgue o item a seguir com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É dever dos serviços públicos e privados de saúde a oferta de grupos às gestantes que manifestem entregar seus filhos para adoção, com vistas a dirimir eventuais dúvidas jurídicas e esclarecer sobre a irreversibilidade de tal ato.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

Gabarito

51) Certo	52) Errado	53) C	54) D	55) D	56) A	57) C
58) D	59) A	60) D	61) B	62) C	63) C	64) B
65) D	66) C	67) B	68) B	69) A	70) B	71) B
72) B	73) C	74) B	75) B	76) A	77) E	78) Certo
79) D	80) B	81) A	82) A	83) B	84) A	85) E
86) E	87) B	88) Certo	89) Certo	90) C	91) B	92) C
93) B	94) B	95) C	96) A	97) B	98) C	99) A
100) Errado						

101: Com. Org. (IFTO) - Ass (IFTO)2022

Com referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069/1990, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

a) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos de idade e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos no caso do cumprimento de medida socioeducativa de internação.

b) A garantia de prioridade no atendimento das crianças e dos adolescentes é da competência exclusiva do Estado.

c) Quanto à medida protetiva de internação o período mínimo de internação será de três anos.

d) A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e terá acompanhamento posterior, realizado por equipe interprofissional a serviço da justiça da infância e da juventude.

e) Em relação à guarda e à tutela, a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar não terá precedência sobre o seu acolhimento institucional.

102: CEBRASPE (CESPE) - MCre (Pires do Rio)2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue.

Quem detém a guarda de criança ou adolescente é obrigado a prestar-lhe assistência material, moral e educacional, podendo opor-se a terceiros, inclusive aos pais do menor.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

103: CEBRASPE (CESPE) - MCre (Pires do Rio)2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue.

O adotante deve ser, pelo menos, dezoito anos mais velho que o adotando.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

104: Instituto AOCF - TAE (IF RO)2022

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e dá outras providências. Com base no texto da lei, assinale a alternativa **correta**.

- a) É possível a adoção por procuração.
- b) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
- c) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, dependendo da origem da filiação.
- d) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais.
- e) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, quando será dispensada a oitiva do Ministério Público.

105: SELECON - Adm (IF RJ)2022

Di é um criança que perdeu seus pais em decorrência de doença grave. Diante da situação de orfandade, o menor foi encaminhado para entidade assistencial e aguarda família substituta. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a colocação em família substituta far-se-á mediante:

- a) curatela
- b) interdição
- c) apadrinhamento
- d) tutela

106: FAUEL - AAE (Pref Paranavaí)2022

A Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) regulamenta em seu art. 47, § 9º quem terá prioridade de tramitação aos processos de adoção, a saber:

- a) criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.
- b) criança ou adolescente com deficiência ou com guarda provisória.
- c) criança menor de 03 (três) anos, ou com deficiência mental.
- d) adolescente com deficiência ou com doença crônica.

Questão 107: CEBRASPE (CESPE) 2022

Julgue o item a seguir, relativos aos direitos fundamentais e às medidas de proteção aplicáveis à criança e ao adolescente segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O menor de 18 anos de idade adotado legalmente, conforme o cadastro de adoção, que desejar conhecer sua origem biológica não necessita de consentimento dos pais adotivos para tanto, sendo, contudo, obrigatório assegurar-lhe orientação e assistência jurídica e psicológica.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

Questão 108: CEBRASPE (CESPE) 2022

No que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), julgue o item a seguir.

Se uma pessoa tiver a guarda de uma criança, será obrigada a prestar assistência educacional a essa criança e terá direito de se opor aos seus pais.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

Questão 109: FUNDATEC - Prof (Flores Cunha) 2022

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao verificar e identificar marcas de agressão e suspeitar de maus tratos a um aluno da escola, o professor deve:

- I.** Informar seu superior, que encaminhará o caso ao Conselho Tutelar.
- II.** Impedir o aluno de frequentar a escola até que o problema seja resolvido pelas autoridades.
- III.** Solicitar ao Ministério Público que se faça uma intervenção na casa do aluno.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas **I**.
- b) Apenas **II**.
- c) Apenas **III**.
- d) Apenas **I** e **III**.
- e) **I, II** e **III**.

110: CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

O conselho tutelar poderá aplicar advertência e multa ao responsável pelos castigos físicos aplicados a Laura.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

111: FCC - Ag Sup (SEDU ES)2022

O Conselho Tutelar é composto

- a) por cinco membros escolhidos pela população local para mandato de quatro anos.
- b) por três membros titulares e três suplentes escolhidos pelo fórum municipal dos direitos da criança e do adolescente.
- c) por cinco membros, com pelo menos nível médio de escolaridade, escolhidos em assembleias locais a cada três anos.
- d) de três a nove membros, escolhidos pelo Conselho de Direitos mediante processo seletivo público.
- e) por sete membros indicados pelo prefeito entre cidadãos que comprovem três anos de experiência na defesa de crianças e adolescentes.

112: CEBRASPE (CESPE) - MCre (Pires do Rio)2022

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue.

O conselho tutelar é órgão permanente e jurisdicional encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

113: FUNDATEC - Ass (IF RS)2022

Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as perguntas abaixo:

- Qual órgão os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar casos de maus tratos envolvendo seus alunos?
- É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico da escola?
- Ao adolescente de até quatorze anos de idade é assegurado que tipo de auxílio?

Assinale a alternativa que contém, **correta** e **respectivamente**, as respostas para as perguntas acima.

- a) Ministério Público – Sim – Salário abono.
- b) Secretaria de Educação – Não – Proventos do trabalho pessoal.
- c) Conselho Estadual de Educação – Sim – Auxílio ordenado.
- d) Delegacia de Polícia – Não – Salário aprendiz.
- e) Conselho Tutelar – Sim – Bolsa aprendizagem.

114: VUNESP - EEsc (Piracicaba)2022

Questionada sobre a quantidade de hematomas em seus braços e pernas, Laura, 6 anos, relatou para sua professora que, com o intuito de discipliná-la, sofria agressões físicas frequentes de sua mãe e padrasto. Após frustradas tentativas escolares de intervenção junto ao núcleo familiar, a situação foi relatada e denunciada ao Conselho Tutelar. Ao verificar a veracidade dos fatos, o Conselho Tutelar tem, por prerrogativa legal, o direito de adotar algumas medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre elas, inclui-se

- a) destituição do pátrio poder e encaminhamento da criança para adoção.
- b) encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- c) decretar prisão preventiva enquanto aguarda julgamento de ação penal.
- d) multar os familiares em um salário-mínimo, tendo seu valor dobrado em caso de reincidência.
- e) explicar para equipe escolar que formas de correção e disciplina, que não incluam castigos físicos, sofrimento físico ou lesão, são prerrogativas familiares na qual não se pode intervir.

115: COCP IFMT - Ass Alu (IF MT)2022

Conselho Tutelar é um importante órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue se as proposições a seguir são **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)** e, depois, assinale a alternativa com a sequência **correta**:

() O diretor da escola deverá comunicar o Conselho Tutelar quando houver casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, evasão escolar e/ou elevado nível de repetência ou faltas injustificadas.

() O Conselho Tutelar somente deverá ser comunicado em casos de confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente.

() O Conselho Tutelar, em conjunto com os órgãos de assistência social, poderá auxiliar o contato da criança e do adolescente com seus pais e parentes.

() As decisões do Conselho Tutelar são soberanas e não podem ser revistas, exceto pelo próprio Conselho.

- a) F - V - V - V.
- b) F - F - V - V.
- c) V - F - V - F
- d) V - V - V - F
- e) V - V - F - V.

116: AVANÇASP - PEB II (Rio Claro)2022

Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90), marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.
- b) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.
- c) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente

que garanta no mínimo seu desenvolvimento parcial.

d) Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

e) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.

117: GUALIMP - MTE (Pref Carmo)2022

Analise as seguintes afirmativas acerca da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

II. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

III. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Está correto o que se diz:

- a) Nas afirmativas **I** e **II**
- b) Nas afirmativas **I** e **III**
- c) Nas afirmativas **II** e **III**
- d) Nas afirmativas **I, II e III**

118: CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Caso Maria informe, na maternidade, durante o exame pré-natal, seu interesse em entregar o filho à adoção, ela deve ser orientada a fazer o registro de sua intenção na delegacia de polícia.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

119: FCC - Ag Sup (SEDU ES)2022

No campo do direito à convivência familiar, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que

- a) a adoção atribui a condição de filho ao adotado, exceto no caso da adoção simples, para fins sucessórios.
- b) os tutores serão nomeados à criança e ao adolescente sempre que, por violência ou maus-tratos, estes forem encaminhados a acolhimento familiar.
- c) a guarda, a tutela e a adoção são consideradas modalidades de colocação de crianças e adolescentes em família substituta.
- d) em caso de pais separados, a tutela dos filhos menores de 2 anos cabe à mãe, salvo se contrariar o superior interesse da criança.
- e) a guarda definitiva a terceiros não parentes somente pode ser concedida em caso de falecimento dos pais.

120: OBJETIVA CONCURSOS - Prof (São Marcos) 2022

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 - ECA, sobre o direito à convivência familiar e comunitária, assinalar a alternativa **CORRETA**:

- a) A criança e o adolescente, em programa de acolhimento institucional ou familiar, não poderão participar de programa de apadrinhamento.
- b) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará imediatamente na destituição do poder familiar.
- c) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes, ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- d) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

121: FEPESE - ACRE (Concórdia)2022

A criança e o adolescente possuem todos os direitos fundamentais à pessoa humana, gozando de todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Acerca do estatuto da criança e do adolescente, é **correto** afirmar:

- a) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- b) É dever, apenas da família e da comunidade, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- c) É dever do Estado assegurar acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, apenas aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- d) É proibido qualquer trabalho a crianças, sendo apenas autorizado a partir dos doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

e) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

122: AVANÇASP - Prof (Laranjal Pta) 2022

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Sendo assim, assinale a alternativa CORRETA.

a) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

b) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 6 (seis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

c) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 3 (três) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

d) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

e) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 15 (quinze meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

123: CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

É permitido ao adolescente em capacitação educativa realizar atividade regular remunerada bem como obter participação na venda dos produtos do seu trabalho.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

124: CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

É permitido ao adolescente o trabalho noturno até às 23 horas, de forma a garantir o seu descanso e frequência escolar diurna.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

125: CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

É justificável a ausência escolar do adolescente que trabalhe em local e horário não compatíveis com a escola.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

126: MetroCapital - VDir (Pref N Odessa)2022

De acordo com o artigo 63 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente.

III - assegurada bolsa de aprendizagem, ao adolescente até quinze anos de idade e direitos trabalhistas e previdenciários ao adolescente maior de quinze anos de idade.

É correto o que se afirma em:

- a) **I, II e III.**
- b) **I e III**, apenas.
- c) **II e III**, apenas.
- d) **I e II**, apenas.
- e) **III**, apenas.

127: MetroCapital - VDir (Pref N Odessa)2022

Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, trazidos pelo ECA, considere a alternativa incorreta:

a) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

b) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

c) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

d) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho perigoso, insalubre ou penoso.

e) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho compatível com o desenvolvimento do adolescente.

128: Com. Org. (IFSP) - Ass Soc (IF SP)2022

A respeito do Capítulo V - Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, contido no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), é **correto** afirmar:

a) Aos adolescentes aprendizes, menores de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

b) O aproveitamento, o sucesso escolar e a atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente constituem-se como princípios da formação técnico-profissional.

c) O aproveitamento, o sucesso escolar e o horário especial para o exercício das atividades constituem-se como princípios da formação técnico-profissional.

d) Aos adolescentes até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Questão 129: FCC - Ag Sup (SEDU ES)/SEDU ES/2022

Adolescente de 16 anos está cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida. Segundo o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente,

a) ele deve se apresentar semanalmente ao Conselho Tutelar para acompanhamento e orientação.

b) incumbe ao orientador da medida promover sua matrícula, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente.

c) esse adolescente foi acusado da prática de ato infracional ou de desvio grave de conduta.

d) se ele cometer falta disciplinar grave no interior da escola, deve o diretor comunicar imediatamente ao juiz.

e) ele deve se recolher em unidade socioeducativa aberta durante o período noturno.

130: Com. Org. (IFTO) - Ass (IFTO)2022

Tomando por base a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre os direitos do adolescente privado de liberdade, marque a alternativa que julgar **incorreta**.

a) Ter acesso aos meios de comunicação social.

b) Receber visitas, ao menos semanalmente.

c) Peticionar apenas através de advogado(a) a qualquer autoridade.

d) Manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade.

e) Entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.

131: Instituto Consulplan - Prof (Volta Grande)2022

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente, de acordo com a Lei nº 8.069/1990, poderá aplicar ao adolescente infrator as medidas socioeducativas, levando em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Considerando, hipoteticamente, que a medida aplicada em questão é a internação, infere-se que:

- a) A medida comporta prazo determinado.
- b) A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.
- c) Não será permitida a realização de atividades externas em nenhuma hipótese.
- d) O período máximo de internação poderá exceder a três anos, dependendo do ato infracional cometido.

132: CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)2022

Em relação à prática de ato infracional por criança e(ou) adolescente e aos procedimentos legais dela decorrentes, julgue o item a seguir com base no ECA.

Para a aplicação de medida socioeducativa, devem-se levar em conta a capacidade do adolescente de cumpri-la, as circunstâncias que envolveram a prática do ato infracional e a gravidade deste.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

133: CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)2022

Em relação à prática de ato infracional por criança e(ou) adolescente e aos procedimentos legais dela decorrentes, julgue o item a seguir com base no ECA.

Respeitado o devido processo legal, autor de ato infracional, por ser menor e, portanto, inimputável, poderá receber, como forma de sanção penal, pena de cumprimento de medida socioeducativa.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

134: CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)2022

Em relação à prática de ato infracional por criança e(ou) adolescente e aos procedimentos legais dela decorrentes, julgue o item a seguir com base no ECA.

Ao completar 18 anos de idade, o jovem atinge tanto a maioridade civil quanto a penal, porém o adolescente dessa idade que estiver em cumprimento de medida socioeducativa de internação pelo período de três anos só atingirá a maioridade penal ao completar 21 anos de idade, limite máximo para permanecer submetido a medida socioeducativa.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

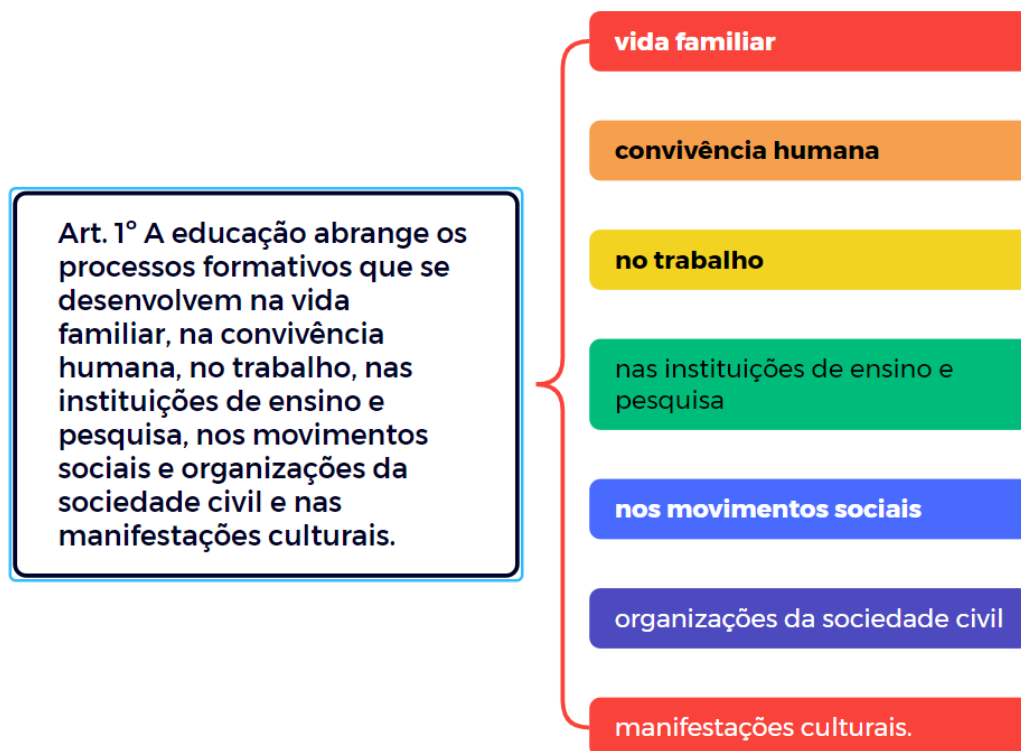
Gabarito

101) D	102) Certo	103) Errado	104) B	105) D	106) A	107) Certo
108) Certo	109) A	110) Errado	111) A	112) Errado	113) E	114) B
115) C	116) C	117) D	118) Errado	119) C	120) C	121) A
122) D	123) Certo	124) Errado	125) Errado	126) D	127) E	128) D
129) B	130) C	131) B	132) Certo	133) Errado	134) Errado	

QUESTÕES E MAPAS

TÍTULO I

Da Educação



Nos termos do artigo 1º a educação ocorre de forma ampla e por meio de ações coletivas.



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

01 - AVANÇASP - Prof (Americana Educação Infantil/2023

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) é a principal Norma da Educação Brasileira, pois organiza a sua estrutura e regulamenta seus princípios, mecanismos e bases. Segundo a LDB, **"Art. 1º A educação abrange _____ que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."**

- a) as manifestações culturais.
- b) os processos formativos.
- c) os saberes acadêmicos.
- d) todas as pessoas.
- e) os conhecimentos e princípios.

02 - CEV URCA - DAE (Pref Iguatu) 2021

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) em seu Art. 1º assegura que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem:

- a) na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.
- b) na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
- c) na vida cultural das grandes metrópoles.
- d) na vida do campo e nas indústrias.
- e) na vida escolar, na convivência com os mais jovens, nas indústrias e na forma da lei.

03 - QUADRIX - Prof ST (SEDF) 2021

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n.º 9.394, foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Desde então, ela vem abrangendo os mais diversos tipos de educação: educação infantil; ensino fundamental; e ensino médio, além de outras modalidades do ensino, como a educação especial, a educação indígena, a educação no campo e o ensino a distância. Cabe a nós, brasileiros, segui-la, tornando a educação muito mais humana e formativa.

Internet: <<http://cptstatic.s3.amazonaws.com>> (com adaptações).

A respeito dos direcionamentos dados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n.º 9.394/1996, em relação à educação, julgue o item.

Segundo o artigo 1.º da LDB, a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

- Certo
- Errado

04 - IUDS - Ass Alun (IF RJ)/IF RJ/2021

De acordo com o artigo 1 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a educação abrange os processos _____ que se desenvolvem, na vida familiar, na convivência humana, _____, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações _____.

Assinale a alternativa que completa, **correta** e respectivamente, as lacunas do texto:

- a) Formativos - do Trabalho - Culturais.

- b) Formativos - da Escola - Sociais.
- c) Pedagógicos - do Trabalho - Culturais.
- d) Pedagógicos - da Escola - Sociais.

05 - EDUCA PB - Prof (Pref C Índios) Educação Básica I/2020

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 1º estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na:

I. Vida familiar.

II. Convivência humana.

III. Trabalho.

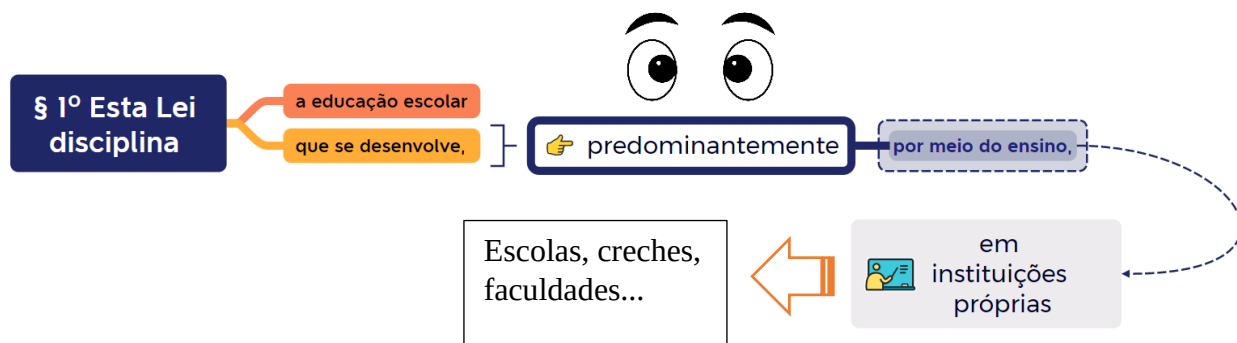
IV. Instituições de ensino e pesquisa.

V. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

VI. Manifestações culturais.

Estão **CORRETAS**:

- a) **I, II, III e IV** apenas.
- b) **II, III, IV e V** apenas.
- c) **III, IV, V e VI** apenas.
- d) **I, IV, V e VI** apenas.
- e) **I, II, III, IV, V e VI.**



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

06 - Instituto Consulplan - Prof (Pref Orlândia) 2019

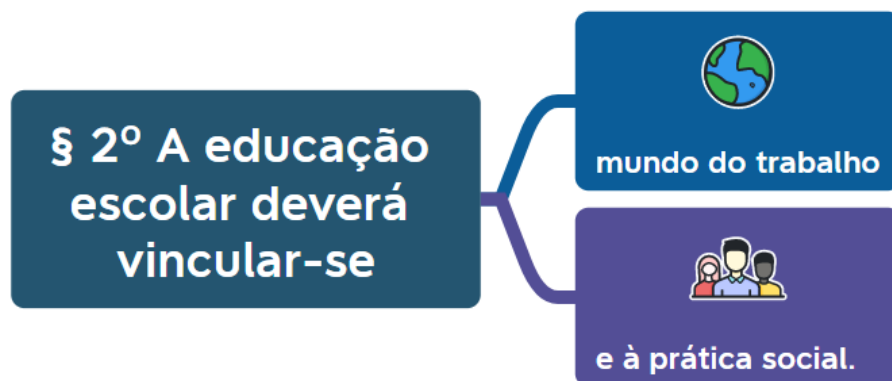
A educação pode ser definida como sendo o processo de socialização dos indivíduos e seu processo é materializado em uma série de habilidades e valores, que ocasionam mudanças intelectuais, emocionais e sociais no indivíduo. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 disciplina a educação escolar que se desenvolve por meio do ensino:

- Preferencialmente, em instituições próprias.
- Predominantemente, em instituições próprias.
- Exclusivamente, em instituições públicas e/ou particulares.
- Predominantemente, em instituições próprias ou no domicílio da criança.

07 - FUNDATEC - Prof (Cariacica)2021

A Lei nº 9.394/1996 disciplina a educação escolar que se desenvolve,

- a) predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.
- b) predominantemente, no núcleo familiar, através do currículo oculto.
- c) exclusivamente, através do ensino informal, nas organizações sociais.
- d) exclusivamente, por meio das manifestações culturais, de forma espontânea.
- e) exclusivamente, através de movimentos políticos e instituições confessionais.



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

08 - Prof (Americana) Educação Infantil/2023

Ainda sobre o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), a educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e deverá vincular-se:

- a) a família e a sociedade.
- b) ao educando e ao educador.
- c) ao cuidar e educar.
- d) às habilidades e competências.
- e) ao mundo do trabalho e à prática social.

09 - AVANÇASP - Mon (Pref Americana)2023

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, "A educação escolar deverá vincular-se":

- a) a família e a sociedade.
- b) ao currículo escolar.
- c) ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).
- d) ao mundo do trabalho e à prática social.
- e) ao pleno desenvolvimento do aluno.

10 - OMNI - Sec (Sta Livramento) 2020

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 20 de dezembro de 1996. Analise os contextos a seguir:

[1] A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

[2] A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas o primeiro contexto está correto.
- b) Apenas o segundo contexto está correto.
- c) Os dois contextos estão corretos.
- d) Nenhuma das alternativas.

11 - VUNESP - Tec Ges (FITO) 2020

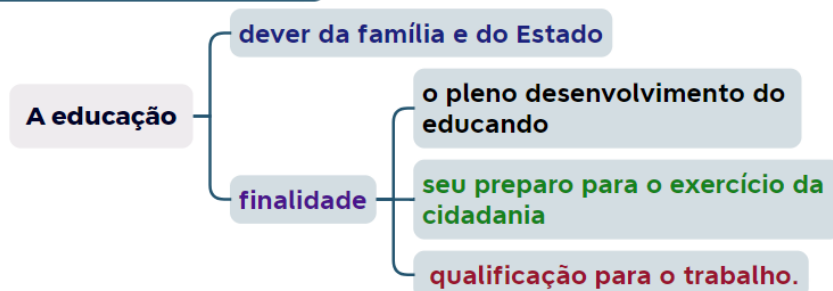
Pesquisando a legislação constante no Edital de Abertura de Inscrições para o concurso de Técnico em Gestão: Inspeção de Alunos, publicado pela FITO, Everaldo verificou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, de 1996) é a legislação que regulamenta o sistema educacional do Brasil, da educação básica ao ensino superior. Verificou, também, que em seu art. 1º, § 1º, está disposto: “Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”, e que, no § 2º do mesmo artigo, estabelece que a educação escolar “deverá vincular-se

- a) à academia e à prática social”.
- b) ao mundo do trabalho e à prática social”.
- c) à realização pessoal e ao mundo do trabalho”.
- d) ao mundo acadêmico e ao mundo do trabalho”.
- e) à prática social e à preparação para os estudos posteriores”.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



Anote que a educação é um dever da família e do estado. A responsabilidade é de ambos.



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

12 - GUALIMP - Prof (Pref Carmo) 2022

Segundo a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade:

- I.** A criticidade e ideologia independentes.
- II.** O preparo do cidadão para lutas corporativas.
- III.** O pleno desenvolvimento do educando.

Está correto o que se diz:

- a) Na afirmativa **I**, apenas.
- b) Na afirmativa **II**, apenas.
- c) Na afirmativa **III**, apenas.
- d) Nas afirmativas **I** e **III**, apenas.

13 - UNDATEC - Prof (Cachoeira S) 2022

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu Art. 2º que a educação é:

- a) Direito da criança e dever da família.
- b) Dever da família e direito da comunidade.
- c) Direito da criança e do Estado.
- d) Direito da família e dever do Estado.
- e) Dever da família e do Estado.

14 - CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, julgue o item subsequente.

A educação como dever da família e do Estado tem como uma de suas finalidades o pleno desenvolvimento do educando.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

15 - GUALIMP - Prof I (Pref Carmo) 2022

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do artigo extraído da Lei 9.394/1996:

"A _____, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o _____ do educando, seu preparo para o exercício da _____ e sua qualificação para o trabalho."

- a) Vida; crescimento; honestidade.
- b) Educação; pleno desenvolvimento; cidadania.
- c) Educação; bem-estar; vida.
- d) Cidadania; amadurecimento; vida adulta.

16 - CPCON UEPB - IE (Pref Jacaraú)2020

Marque a alternativa CORRETA De acordo com a Lei 9.394/96, art. 2º, a educação no Brasil é

- a) dever da família e do Estado.
- b) um dever de todos os cidadãos e do Estado.
- c) dever do Estado, da família e da sociedade.
- d) um bem público, dever do Estado e da família.
- e) um direito humano universal e dever do Estado e da sociedade.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

igualdade de condições

liberdade de aprender

pluralismo de idéias

respeito à liberdade

apreço à tolerância;

coexistência de instituições

gratuidade do ensino público

valorização do profissional

gestão democrática do ensino

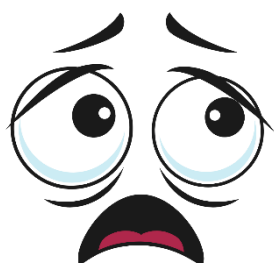
garantia de padrão de qualidade

valorização da experiência extra-escolar;

vinculação entre a educação escolar

consideração com a diversidade

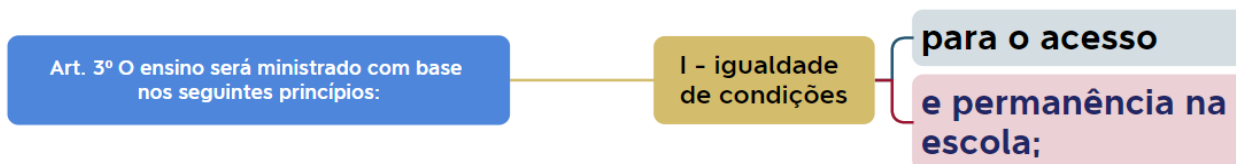
respeito à diversidade



Como fixar tudo isso?



Treinando com questões!



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

17 - MS CONCURSOS - Prof (Uberlândia)2022

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, assinale a alternativa **correta**:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- b) Necessidade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- c) Divulgação de ideias e de concepções pedagógicas.
- d) Respeito à liberdade e apreço à visibilidade.

Assista a aula com essas questões comentadas



QUERO SABER MAIS

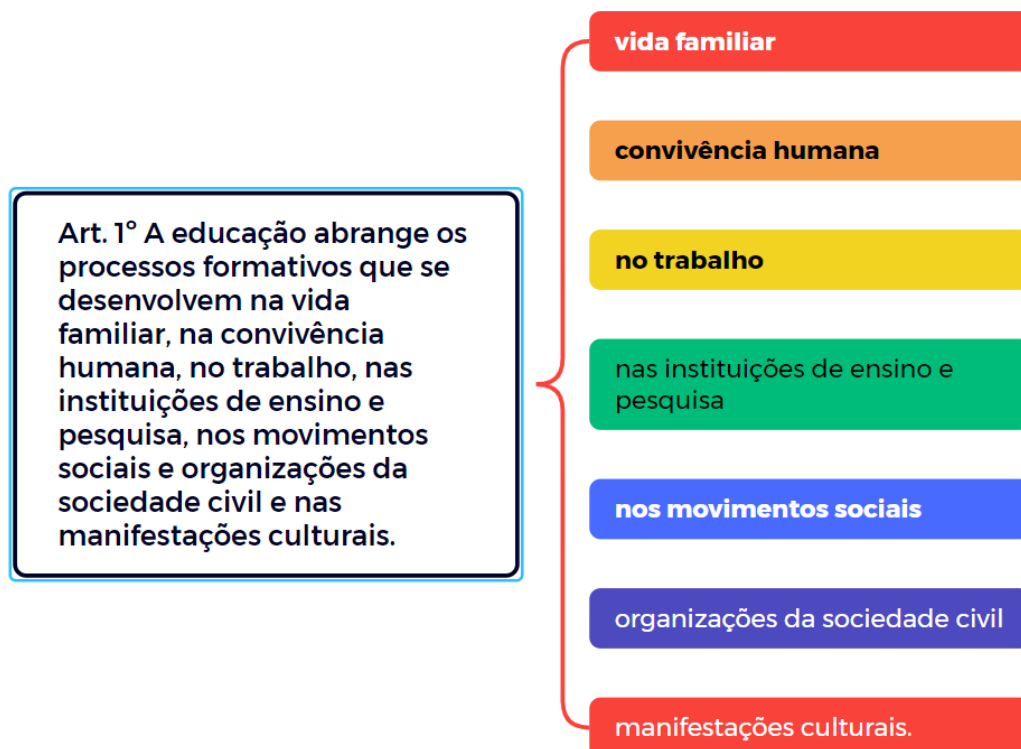


QUERO SABER MAIS

Gabaritos e anotações

TÍTULO I

Da Educação



Nos termos do artigo 1º a educação ocorre de forma ampla e por meio de ações coletivas.



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

01 -AVANÇASP - Prof (AmericanaEducação Infantil/

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) é a principal Norma da Educação Brasileira, pois organiza a sua estrutura e regulamenta seus princípios, mecanismos e bases. Segundo a LDB, **"Art. 1º A educação abrange _____ que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."**

- a) as manifestações culturais.
- b) os processos formativos.
- c) os saberes acadêmicos.
- d) todas as pessoas.
- e) os conhecimentos e princípios.

GABARITO:B

02 -CEV URCA - DAE (Pref Iguatu) 2021

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) em seu Art. 1º assegura que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem:

- a) na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.
- b) na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
- c) na vida cultural das grandes metrópoles.
- d) na vida do campo e nas indústrias.
- e) na vida escolar, na convivência com os mais jovens, nas indústrias e na forma da lei.

GABARITO:B

03 - QUADRIX - Prof ST (SEDF) 2021

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n.º 9.394, foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Desde então, ela vem abrangendo os mais diversos tipos de educação: educação infantil; ensino fundamental; e ensino médio, além de outras modalidades do ensino, como a educação especial, a educação indígena, a educação no campo e o ensino a distância. Cabe a nós, brasileiros, segui-la, tornando a educação muito mais humana e formativa.

Internet: <<http://cptstatic.s3.amazonaws.com>> (com adaptações).

A respeito dos direcionamentos dados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n.º 9.394/1996, em relação à educação, julgue o item.

Segundo o artigo 1.º da LDB, a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

- ☒ Certo
- ☐ Errado

GABARITO: CERTO

04 - IUDS - Ass Alun (IF RJ)/IF RJ/2021

De acordo com o artigo 1 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a educação abrange os processos FORMATIVOS que se desenvolvem, na vida familiar, na convivência humana, TRABALHO, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações CULTURAIS.

Assinale a alternativa que completa, **correta** e respectivamente, as lacunas do texto:

- a) Formativos - do Trabalho - Culturais.

- b) Formativos - da Escola - Sociais.
- c) ~~Pedagógicos~~ - do Trabalho - Culturais.
- d) ~~Pedagógicos~~ - da Escola - Sociais.

GABARITO:A

05 - EDUCA PB - Prof (Pref C Índios) Educação Básica I/2020

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 1º estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na:

I. Vida familiar.

II. Convivência humana.

III. Trabalho.

IV. Instituições de ensino e pesquisa.

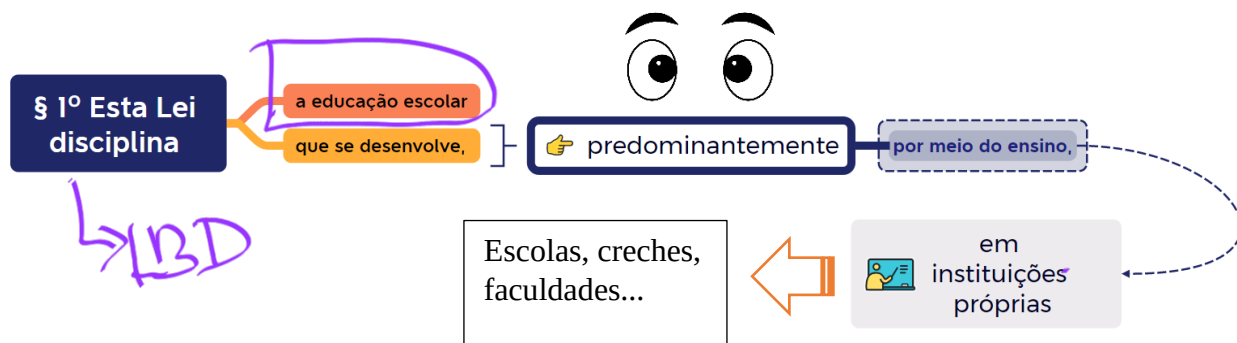
V. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

VI. Manifestações culturais.

Estão **CORRETAS**:

- a) **I, II, III e IV** apenas.
- b) **II, III, IV e V** apenas.
- c) **III, IV, V e VI** apenas.
- d) **I, IV, V e VI** apenas.
- e) **I, II, III, IV, V e VI.**

GABARITO:E



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

06 - Instituto Consulplan - Prof (Pref Orlândia) 2019

A educação pode ser definida como sendo o processo de socialização dos indivíduos e seu processo é materializado em uma série de habilidades e valores, que ocasionam mudanças intelectuais, emocionais e sociais no indivíduo. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 disciplina a educação escolar que se desenvolve por meio do ensino:

- a) ~~Preferencialmente~~, em instituições próprias.
- b) Predominantemente, em instituições próprias.
- c) ~~Exclusivamente~~, em instituições públicas e/ou particulares.
- d) Predominantemente, em instituições próprias ou no domicílio da criança.

GABARITO: B

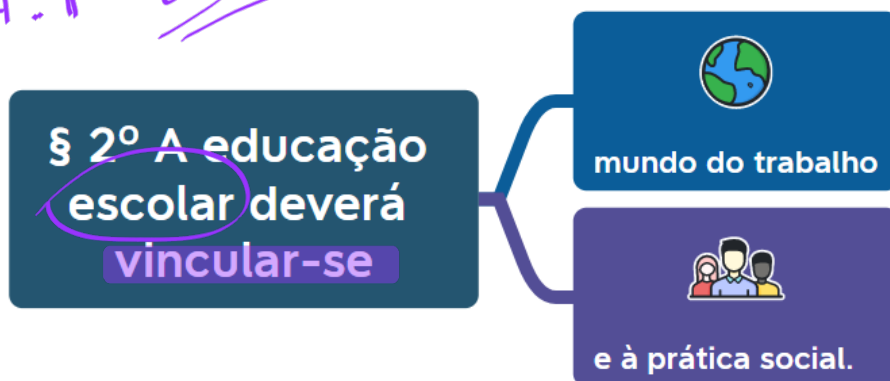
07 - FUNDATEC - Prof (Cariacica)2021

A Lei nº 9.394/1996 disciplina a educação escolar que se desenvolve,

- a) predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.
- b) predominantemente, no núcleo familiar, através do currículo oculto.
- c) exclusivamente, através do ensino informal, nas organizações sociais.
- d) exclusivamente, por meio das manifestações culturais, de forma espontânea.
- e) exclusivamente, através de movimentos políticos e instituições confessionais.

GABARITO:A

Ad. 1º LDB



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

08 - Prof (Americana) Educação Infantil/2023

Ainda sobre o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), a educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e deverá vincular-se:

- a) a família e a sociedade.
- b) ao educando e ao educador.
- c) ao cuidar e educar.
- d) às habilidades e competências.
- e) ao mundo do trabalho e à prática social.

GABARITO:E

09 - AVANÇASP - Mon (Pref Americana)2023

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, "A educação escolar deverá vincular-se":

- a) a família e a sociedade.
- b) ao currículo escolar.
- c) ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).
- d) ao mundo do trabalho e à prática social.
- e) ao pleno desenvolvimento do aluno.

GABARITO:D

10 -OMNI - Sec (Sta Livramento) 2020

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 20 de dezembro de 1996. Analise os contextos a seguir:

[1] A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

[2] A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas o primeiro contexto está correto.
- b) Apenas o segundo contexto está correto.
- c) Os dois contextos estão corretos.
- d) Nenhuma das alternativas.

GABARITO:C

11 - VUNESP - Tec Ges (FITO) 2020

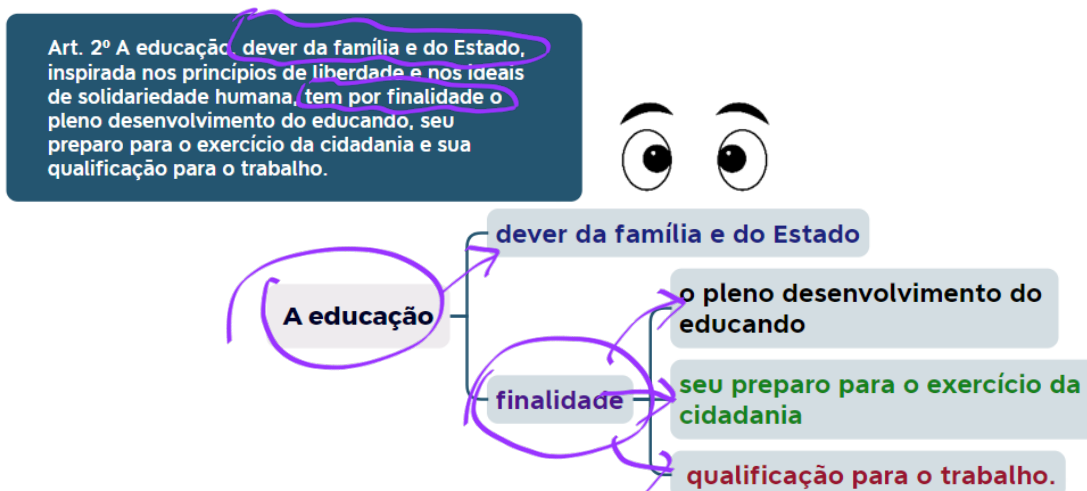
Pesquisando a legislação constante no Edital de Abertura de Inscrições para o concurso de Técnico em Gestão: Inspetoria de Alunos, publicado pela FITO, Everaldo verificou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, de 1996) é a legislação que regulamenta o sistema educacional do Brasil, da educação básica ao ensino superior. Verificou, também, que em seu art. 1º, § 1º, está disposto: "Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias", e que, no § 2º do mesmo artigo, estabelece que a educação escolar "deverá vincular-se

- a) à academia e à prática social".
- b) ao mundo do trabalho e à prática social".
- c) à realização pessoal e ao mundo do trabalho".
- d) ao mundo acadêmico e ao mundo do trabalho".
- e) à prática social e à preparação para os estudos posteriores".

GABARITO:B

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional



Anote que a educação é um dever da família e do estado. A responsabilidade é de ambos.



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

12 - GUALIMP - Prof (Pref Carmo) 2022

Segundo a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade:

- I. A criticidade e ideologia independentes.
- II. O preparo do cidadão para lutas corporativas.
- III. O pleno desenvolvimento do educando.

Está correto o que se diz:

- a) Na afirmativa **I**, apenas.
- b) Na afirmativa **II**, apenas.
- c) Na afirmativa **III**, apenas.
- d) Nas afirmativas **I** e **III**, apenas.

GABARITO:C

13 - UNDATEC - Prof (Cachoeira S) 2022

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu Art. 2º que a educação é:

- a) Direito da criança e dever da família.
- b) Dever da família e direito da comunidade.
- c) Direito da criança e do Estado.
- d) Direito da família e dever do Estado.
- e) Dever da família e do Estado.

GABARITO:E

14 - CEBRASPE (CESPE) - Assist Soc (FUB)2022

Acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, julgue o item subsequente.

A educação como dever da família e do Estado tem como uma de suas finalidades o pleno desenvolvimento do educando.

- ☒ Certo
- ☐ Errado

GABARITO:CERTO

15 - GUALIMP - Prof I (Pref Carmo) 2022

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do artigo extraído da Lei 9.394/1996:

"A EDUCAÇÃO, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o _____ do educando, seu preparo para o exercício da _____ e sua qualificação para o trabalho."

- a) ~~Vida~~; crescimento; honestidade.
- b) Educação; pleno desenvolvimento; cidadania.
- c) Educação; ~~bem-estar~~; vida.
- d) ~~Cidadania~~; ~~amadurecimento~~; vida adulta.

GABARITO: B

16 - CPCON UEPB - IE (Pref Jacaraú) 2020

Marque a alternativa CORRETA De acordo com a Lei 9.394/96, art. 2º, a educação no Brasil é

- a) dever da família e do Estado.
- b) um dever de todos os cidadãos e do Estado.
- c) dever do Estado, da família e da sociedade.
- d) um bem público, dever do Estado e da família.
- e) um direito humano universal e dever do Estado e da sociedade.

GABARITO: A

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

igualdade de condições

liberdade de aprender

pluralismo de idéias

respeito à liberdade

apreço à tolerância;

coexistência de instituições

gratuidade do ensino público

valorização do profissional

gestão democrática do ensino

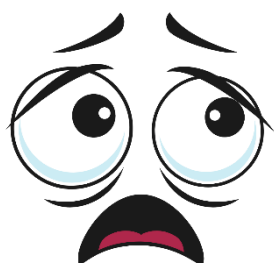
garantia de padrão de qualidade

valorização da experiência extra-escolar;

vinculação entre a educação escolar

consideração com a diversidade

respeito à diversidade



Como fixar tudo isso?



Treinando com questões!

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições

para o acesso

e permanência na escola;



Como as bancas costumam cobrar este assunto em Provas de Concursos?

17 - MS CONCURSOS - Prof (Uberlândia)2022

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, assinale a alternativa **correta**:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- b) Necessidade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- c) Divulgação de ideias e de concepções pedagógicas.
- d) Respeito à liberdade e apreço à visibilidade.

GABARITO:A

18 - AMAUC - Aux EB (Peritiba)2022

Segundo a Lei federal que rege as Diretrizes e Bases da Educação Nacional o ensino deve ser ministrado segundo alguns princípios, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Gratuidade do ensino privado em estabelecimentos extraoficiais.